

Volgane Oliveira Carvalho

MANUAL DAS INELEGIBILIDADES

**Com Comentários à Lei das Inelegibilidades
e Jurisprudência Atualizada do TSE e STF**

**2ª Edição
Revista e Atualizada**

Curitiba
Juruá Editora
2018

SUMÁRIO

1	DIREITOS POLÍTICOS NO BRASIL	21
1.1	TITULARIDADE E AQUISIÇÃO DOS DIREITOS	23
1.2	PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS	28
1.3	CLASSIFICAÇÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS	34
2	DAS INELEGIBILIDADES NO DIREITO BRASILEIRO	39
2.1	CONCEITO DE INELEGIBILIDADE	40
2.2	NATUREZA JURÍDICA DAS INELEGIBILIDADES	42
2.3	DISTINÇÃO ENTRE SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS E INELEGIBILIDADE	45
2.4	CLASSIFICAÇÃO DAS INELEGIBILIDADES	47
2.5	O REGIME BRASILEIRO DAS INELEGIBILIDADES E O PACTO DE SAN JOSE DA COSTA RICA	49
3	O MICROSSISTEMA DAS INELEGIBILIDADES NO DIREITO BRASILEIRO	57
3.1	HIPÓTESES INCAPAZES DE GERAR INELEGIBILIDADES	57
a)	Captação ilícita de sufrágio	58
b)	Conduta vedada a agente público	59
c)	Participação de inauguração de obra pública	59
d)	Prestação de contas de campanha rejeitadas	59
e)	Propaganda eleitoral irregular	60
f)	Recebimento de doação proibida	60
g)	Candidatura para cargo diverso em eleição suplementar	60
h)	Escolha em convenção partidária	61
3.2	MOMENTO PARA AFERIÇÃO DA INELEGIBILIDADE	61
3.2.1	Proposta de Alteração dos Marcos Temporais	65
3.3	INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS REFERENTES ÀS INELEGIBILIDADES	68
4	DAS INELEGIBILIDADES CONSTITUCIONAIS	73
4.1	ESTRANGEIROS	73
4.1.1	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral	74

4.2	ANALFABETISMO	75
4.2.1	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral	83
a)	Conceito de analfabetismo	83
b)	Possibilidade de declaração de próprio punho	83
c)	Meios de prova de alfabetização admissíveis	84
d)	Meios de prova de alfabetização inadmissíveis	84
e)	Possibilidade de teste de alfabetização	86
f)	Regras mínimas do teste de alfabetização	86
g)	Possibilidade de análise da prova de alfabetização em sede recursal	87
h)	Possibilidade de questionamento do comprovante de escolaridade	88
4.3	REELEIÇÃO	88
4.3.1	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral e Supremo Tribunal Federal	91
a)	Mandato tampão	91
b)	Primeiro mandato e reeleição	92
c)	Segundo mandato e reeleição	93
d)	Substituição ou sucessão do titular	95
e)	Prefeito itinerante	97
f)	Cassação ou renúncia ao mandato	100
g)	Outras hipóteses	100
4.4	DESINCOMPATIBILIZAÇÃO	101
4.4.1	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral e Supremo Tribunal Federal	101
4.5	PARENTESCO	103
4.5.1	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral e Supremo Tribunal Federal	112
a)	Generalidades	112
b)	Circunscrição diversa	114
c)	Namoro	114
d)	Cônjuge: mesmo cargo	115
e)	Cônjuge: cargo diverso	117
f)	Cônjuge de Chefe do Executivo reeleito	118
g)	Companheiro	119
h)	União homoafetiva	121
i)	Extinção do vínculo: divórcio ou separação judicial	121
j)	Extinção do vínculo: separação de fato	123
k)	Extinção do vínculo: morte	123
l)	Concunhado	125
m)	Cunhado: decorrente de casamento	125
n)	Cunhado: decorrente de união estável	126
o)	Cunhado: decorrente de vínculo extinto	127
p)	Pai, filho e neto	128
q)	Filho adotivo	132
r)	Enteado	132
s)	Genro e nora	132
t)	Irmão	134
u)	Tio, primo e sobrinho	135

4.6	VIDA PREGRESSA	136
4.6.1	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	138
5	DAS INELEGIBILIDADES GENÉRICAS INFRACONSTITUCIONAIS	141
5.1	CASSAÇÃO DE MANDATO LEGISLATIVO POR INFRAÇÃO DE NORMAS CONSTITUCIONAIS OU QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR	141
5.1.1	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	142
5.2	IMPEACHMENT.....	143
5.2.1	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	146
5.3	CONDENAÇÃO ELEITORAL DE PARTICULAR POR ABUSO DO PODER ECONÔMICO OU POLÍTICO	148
5.3.1	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	150
a)	Generalidades	150
b)	Punição do autor do abuso	150
c)	Punição do beneficiário do abuso	150
d)	Potencialidade do abuso.....	152
e)	Hipóteses aptas a caracterizar o abuso do poder político	154
f)	Hipóteses inaptas a caracterizar o abuso do poder político	154
g)	Hipóteses aptas a caracterizar o abuso do poder econômico.....	155
h)	Hipóteses inaptas a caracterizar o abuso do poder econômico.....	159
i)	Hipóteses aptas a caracterizar o abuso do poder econômico e uso indevidos dos meios de comunicação social	162
j)	Hipóteses inaptas a caracterizar o abuso do poder econômico e uso indevidos dos meios de comunicação social	165
k)	Prazos.....	158
5.4	CONDENAÇÃO CRIMINAL	170
5.4.1	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	180
a)	Generalidades	180
b)	Momento da condenação	181
c)	Crimes inaptos a gerar a inelegibilidade	181
d)	Crimes aptos a gerar a inelegibilidade	183
e)	Crime de menor potencial ofensivo	187
f)	Pena restritiva de direitos.....	188
g)	Multa.....	188
h)	Medida de segurança	188
i)	Recurso em sentido estrito	189
j)	Embargos de declaração	189
k)	Embargos infringentes e de nulidade	189
l)	Revisão criminal	190
m)	<i>Habeas corpus</i>	190
n)	Prescrição.....	191
o)	Suspensão condicional do processo (<i>sursis</i> processual).....	192
p)	Suspensão condicional da pena (<i>sursis</i>).....	193

q)	Livramento condicional	194
r)	Indulto.....	194
5.5	DECLARAÇÃO DE INDIGNIDADE DO OFICIALATO	196
5.5.1	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	197
5.6	REJEIÇÃO DE CONTAS.....	197
5.6.1	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal ...	203
a)	Generalidades	203
b)	Limites da competência da Justiça Eleitoral para a análise de contas	206
c)	Irregularidades de contas aptas a gerar inelegibilidade: descumprimento da Lei de Licitações	209
d)	Irregularidades de contas aptas a gerar inelegibilidade: falta de recolhimento de contribuição previdenciária.....	214
e)	Irregularidades de contas aptas a gerar inelegibilidade: falta de repasse ou aplicação de recursos obrigatórios	217
f)	Irregularidades de contas aptas a gerar inelegibilidade: descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e limite de gastos.....	219
g)	Irregularidades de contas aptas a gerar inelegibilidade: vícios em convênio	222
h)	Irregularidades de contas aptas a gerar inelegibilidade: outros casos.....	224
i)	Irregularidades de contas inaptas a gerar inelegibilidade	230
j)	Contas aprovadas com ressalvas	236
k)	Prefeito: balancetes mensais	236
l)	Prefeito: competência para julgar contas anuais	237
m)	Prefeito: Decreto legislativo desaprovando contas anuais	241
n)	Prefeito: competência para julgar convênios estaduais	245
o)	Prefeito: competência para julgar convênios federais	245
p)	Presidente da Câmara de Vereadores: competência para julgamento das contas anuais.....	246
q)	Presidente da Câmara de Vereadores: competência para julgamento das contas anuais.....	247
r)	Ação declaratória de elegibilidade	247
s)	Ação declaratória de nulidade.....	247
t)	Ônus da prova	248
u)	Ação desconstitutiva	249
v)	Ação rescisória.....	249
w)	Recurso administrativo	250
x)	Medida cautelar ou tutela antecipada.....	253
y)	Duplo grau de jurisdição	255
z)	Inclusão em cadastro negativo de Tribunal de Contas	256
5.7	CONDENAÇÃO DE ADMINISTRADOR PÚBLICO POR ABUSO DE PODER ECONÔMICO OU POLÍTICO	256
5.7.1	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	257
a)	Generalidades	257
b)	Requisitos para a configuração do abuso de poder político	258
c)	Hipóteses aptas a caracterizar abuso de poder político	261

d)	Hipóteses inaptas a caracterizar abuso de poder político	265
e)	Requisitos para a configuração do abuso de poder econômico	269
f)	Hipóteses aptas a caracterizar abuso de poder econômico	270
g)	Hipóteses inaptas a caracterizar abuso de poder econômico	272
h)	Hipóteses aptas a caracterizar abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação.....	274
i)	Hipóteses inaptas a caracterizar abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação.....	275
j)	Indícios de abuso de poder político e econômico.....	277
5.8	DIRIGENTES DE ESTABELECIMENTO DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO OU SEGURO LIQUIDADO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIALMENTE.....	281
5.8.1	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	282
5.9	CONDENAÇÃO ELEITORAL POR CORRUPÇÃO ELEITORAL, CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO, IRREGULARIDADES EM ARRECADAÇÃO E GASTOS DE CAMPANHA OU CONDUTAS VEDADAS A AGENTES PÚBLICOS	284
5.9.1	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	285
5.10	RENÚNCIA AO MANDATO APÓS O OFERECIMENTO DE DENÚNCIA CONTRA SI QUE POSSA RESULTAR NA ABERTURA DE PROCESSO POR INFRINGÊNCIA DE DISPOSITIVOS DA CONSTITUIÇÃO OU DE LEI ORGÂNICA	289
5.10.1	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	291
5.11	SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS POR ATO DOLOSO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	291
5.11.1	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	295
a)	Requisitos essenciais.....	295
b)	Ato doloso de improbidade administrativa	298
c)	Lesão ao patrimônio e enriquecimento ilícito: generalidades	300
d)	Hipóteses aptas a caracterizar lesão ao patrimônio e enriquecimento ilícito.....	302
e)	Hipóteses inaptas a caracterizar lesão ao patrimônio e enriquecimento ilícito.....	305
f)	Suspensão do efeito	306
g)	Desnecessidade de trânsito em julgado.....	307
h)	Aferição do término da inelegibilidade.....	307
5.12	EXCLUSÃO DO EXERCÍCIO DE PROFISSÃO POR DECISÃO DE ÓRGÃO PROFISSIONAL.....	308
5.12.1	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	309
5.13	CONDENAÇÃO POR SIMULAR OU DESFAZER VÍNCULO CONJUGAL PARA DESCARACTERIZAR INELEGIBILIDADE	309
5.13.1	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	310
5.14	DEMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO.....	311
5.14.1	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	312

5.15	REALIZAÇÃO DE DOAÇÃO ELEITORAL ILEGAL	315
5.15.1	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	317
5.16	APOSENTADORIA COMPULSÓRIA POR DECISÃO SANCIONATÓ- RIA DE MEMBRO DO JUDICIÁRIO OU DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	320
6	DAS INELEGIBILIDADES ESPECÍFICAS INFRACONSTITUCIONAIS..	323
6.1	DOS PRAZOS DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO DETERMINADOS PELA LEI DAS INELEGIBILIDADES	323
6.1.1	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	328
a)	Generalidades	328
b)	Chefe do Executivo e vice	333
c)	Ministros e secretários estaduais, distritais e municipais	336
d)	Servidores das carreiras da educação	339
e)	Profissionais das carreiras da saúde	343
f)	Servidores da segurança pública	345
g)	Servidores das carreiras fiscais e previdenciárias	347
h)	Servidores da carreira diplomática.....	351
i)	Servidores de autarquia, fundação pública, sociedade de economia mista e empresa pública	352
j)	Comitês e consórcios públicos.....	354
k)	Conselhos Municipais.....	355
l)	Servidores comissionados.....	357
m)	Servidores temporários	359
n)	Outros servidores públicos.....	359
o)	Membros e servidores do Poder Judiciário, Ministério Público e Defen- soria Pública	362
p)	Membros e servidores do Poder Legislativo e dos Tribunais de Contas ...	365
q)	Titular e servidor de cartório.....	367
r)	Conselho profissional.....	368
s)	Sindicato, associação profissional e outras entidades de classe	369
t)	Membro de entidade municipalista	372
u)	Entidade mantida com recursos públicos	375
v)	Fundação privada.....	376
w)	Proprietário e servidor de empresa de comunicação	377
x)	Entidade que mantenha contrato com o Poder Público	378
y)	Cláusulas uniformes.....	381
z)	Desnecessidade de desincompatibilização	385
	REFERÊNCIAS.....	387
	ÍNDICE REMISSIVO	391